

Responda às questões 1 a 5 com base no seguinte texto:

As lentas nuvens fazem sono

*As lentas nuvens fazem sono,
O céu azul faz bom dormir.
Boio, num íntimo abandono,
À tona de me não sentir.*

*E é suave, como um correr de água,
O sentir que não sou alguém,
Não sou capaz de peso ou mágoa.
Minha alma é aquilo que não tem.*

Que bom, à margem do ribeiro

*Saber que é ele que vai indo...
E só em sono eu vou primeiro.
E só em sonho eu vou seguindo.*

Autor: Fernando Pessoa.

1. Qual é a principal sensação transmitida pelo poema como um todo?
 - a) A sensação de luta e esforço para encontrar significado.
 - b) A sensação de frustração e confusão existencial.
 - c) A sensação de serenidade e união com a natureza.
 - d) A sensação de abandono, tristeza e perda de identidade.
2. Relativamente às ideias do poema, analise as assertivas que seguem:
 - I. O poema expressa um desejo de dissolução da identidade e um mergulho na leveza do ser, simbolizado pelas nuvens e pelo rio.
 - II. O eu-lírico utiliza a metáfora do fluxo do rio para sugerir uma resistência ao fluxo natural da vida.

Pode-se afirmar que:

 - a) Apenas a assertiva II está correta.
 - b) Apenas a assertiva I está correta.
 - c) Ambas as assertivas estão corretas.
 - d) Ambas as assertivas estão incorretas.
3. O que o eu-lírico quer dizer com a expressão **Minha alma é aquilo que não tem**, no oitavo verso do poema?
 - a) Que sua alma é sobrecarregada de mágoas e preocupações.
 - b) Que sua alma é simples e não carrega peso emocional.
 - c) Que sua alma está repleta de sentimentos intensos.
 - d) Que sua alma está em constante transformação e confusão.
4. Qual é a relação entre o estado de sono e o estado de sonho descritos no poema?
 - a) O sono e o sonho são descritos como estados distintos de agitação mental.
 - b) O sono e o sonho são considerados opostos, com um sendo positivo e o outro negativo.
 - c) O sono é visto como um estado de desconexão, enquanto o sonho é um retorno à realidade.
 - d) O sono e o sonho são apresentados como estados de leveza e transcendência.
5. Qual figura de linguagem é utilizada na expressão **E é suave, como um correr de água**, e qual é o seu efeito no texto?
 - a) Metáfora; compara a suavidade com a força da água para transmitir uma sensação de intensidade.
 - b) Personificação; atribui características humanas à água para realçar a ideia de suavidade.
 - c) Comparação; usa o termo “como” para associar a suavidade à fluidez da água, criando uma imagem de tranquilidade.
 - d) Antítese; estabelece um contraste entre a suavidade e a turbulência da água.
6. A seguir, estão apresentadas frases em que a vírgula é utilizada de diferentes maneiras. Examine cada uma delas e assinale a que contém um **ERRO** no emprego da vírgula.
 - a) O livro, escrito por um autor renomado, foi muito bem recebido pela crítica.
 - b) A reunião, foi marcada para as 10 horas, e todos os funcionários foram notificados.
 - c) Após o almoço, Maria decidiu fazer uma caminhada, pois o dia estava lindo.
 - d) Na cozinha, os ingredientes estavam todos organizados, prontos para a receita.
7. Com relação ao significado da palavra **diligência**, pode-se afirmar que ela está relacionada a qual das frases abaixo?
 - a) O estudante foi elogiado por sua atitude descontraída durante os projetos em grupo.
 - b) A abordagem adotada foi relaxada, sem muita preocupação com os detalhes.
 - c) O profissional mostrou-se indiferente às necessidades dos clientes.
 - d) A equipe trabalhou com cuidado e zelo para garantir a qualidade dos resultados finais.
8. Qual das seguintes obras é dedicada ao estudo do sertanejo, abordando seu modo de vida, condição social, as características geográficas da região e o Conflito de Canudos?
 - a) Os Sertões, de Euclides da Cunha.
 - b) Macunaíma, de Mário de Andrade.
 - c) O Guarani, de José de Alencar.
 - d) Vidas Secas, de Graciliano Ramos.

9. Considere que um advogado está calculando o valor de honorários com base no acordo de receber 35% do montante total de uma causa. O valor total da causa foi de R\$ 50.000. Assinale a alternativa correta para o valor dos honorários.
- R\$15.000
 - R\$1.750
 - R\$17.500
 - R\$35.000
10. Considere o seguinte conjunto de dados: 10, 15, 20, 15, 25, 15, 10, 10. Assinale a alternativa correta sobre as medidas estatísticas desse conjunto.
- A moda é 10, a mediana é 20, e a média é 15.
 - A moda é 15, a mediana é 10, e a média é 15.
 - A moda é 15, a mediana é 15, e a média é 10.
 - A moda é 10, a mediana é 15, e a média é 15.
11. Dado o seguinte sistema de equações lineares, assinale a alternativa correta para o valor de x:
- $$2x + 3y = 12$$
- $$x + y = 5$$
- x = 3
 - x = 4
 - x = 1
 - x = 2
12. Um advogado, representando seu cliente em uma disputa contra uma empresa, solicita que a empresa seja intimada a pagar juros compostos anuais de 10% sobre um valor, devido há 3 anos, de R\$ 10.000,00. Assinale a alternativa que corresponde ao valor atual do montante que a empresa está sendo intimada a pagar.
- R\$13.000,00
 - R\$13.310,00
 - R\$15.000,00
 - R\$12.000,00
13. Considere a seguinte afirmação: "Se o advogado ganha a causa, então ele receberá honorários." Assinale a alternativa abaixo que é logicamente equivalente a essa afirmação.
- "Se o advogado não receber honorários, então ele não ganhou a causa."
 - "Se o advogado receber honorários, então ele ganhou a causa."
 - "Se o advogado não ganhar a causa, então ele receberá honorários."
 - "O advogado ganha a causa se e somente se receber honorários."
14. O gás natural é amplamente utilizado como fonte de energia devido às suas características específicas que o diferenciam de outros combustíveis fósseis. Comparando o gás natural com combustíveis fósseis como o petróleo e o carvão, bem como com o biometano, assinale a alternativa correta sobre suas definições e características.
- O gás natural é um combustível sólido formado pela decomposição de restos fósseis e apresenta emissões poluentes comparáveis às do carvão.
 - O carvão é considerado um combustível mais limpo e eficiente que o gás natural e o biometano, devido à sua maior densidade energética.
 - O biometano é um gás natural de origem fóssil, enquanto o gás natural é produzido por processos biológicos.
 - O gás natural é composto principalmente por metano, apresenta menor emissão de poluentes em comparação com outros combustíveis fósseis e pode ser comparado ao biometano, que é produzido a partir da decomposição de matéria orgânica.
15. Com relação aos métodos de extração de gás natural em reservatórios convencionais e os desafios tecnológicos envolvidos, assinale a alternativa correta:
- Em reservatórios convencionais de gás natural, como os encontrados em bacias sedimentares, a técnica de mineração a céu aberto é utilizada para remover as camadas superficiais do solo, facilitando o acesso direto ao gás natural.
 - O fraturamento hidráulico, aplicado em reservatórios convencionais, exige o uso de grandes quantidades de água e produtos químicos para aumentar a permeabilidade das rochas porosas e liberar o gás natural armazenado nesses reservatórios.
 - A perfuração horizontal é utilizada exclusivamente em ambientes offshore (no mar) e permite acessar reservatórios de gás natural apenas em águas profundas, devido à maior pressão dos reservatórios localizados nessas áreas.
 - A perfuração convencional, juntamente com técnicas de completamento de poços, é usada para extrair gás natural de reservatórios convencionais, onde o gás é encontrado em rochas porosas, como arenito, sob uma capa impermeável. Nessas operações, tecnologias avançadas como sensores de monitoramento em tempo real são essenciais para garantir a integridade do poço e a eficiência da extração.

16. A utilização do gás natural como fonte de energia em diferentes setores oferece várias vantagens, mas também apresenta algumas limitações. Considere as seguintes assertivas sobre as aplicações e impactos do uso do gás natural:
- O gás natural é frequentemente utilizado em frotas de veículos comerciais, como ônibus e caminhões, devido à sua capacidade de reduzir significativamente as emissões de poluentes em comparação com combustíveis como o diesel, além de ser economicamente viável em regiões com infraestrutura adequada.
 - Em aplicações domésticas, o gás natural é preferido para o aquecimento de água e ambientes por ser mais econômico e emitir menos poluentes do que a eletricidade gerada a partir de carvão ou óleo combustível.
 - A instalação de redes de distribuição de gás natural em áreas urbanas é um processo simples e barato, o que facilita a expansão de seu uso em residências e pequenas empresas, tornando-o uma escolha popular para novos desenvolvimentos urbanos.
 - A substituição de combustíveis fósseis mais poluentes pelo gás natural em indústrias tem sido uma estratégia eficaz para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, mas sua implementação é limitada pela necessidade de investimentos significativos em infraestrutura e adaptação de equipamentos.
- Assinale a alternativa correta:
- Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas II e III estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
17. O impacto ambiental do gás natural é influenciado por diversos fatores, desde a sua extração até a sua utilização como combustível. Avalie as seguintes assertivas relacionadas aos efeitos ambientais do gás natural:
- O gás natural é considerado uma fonte de energia de transição, pois sua queima emite menos gases de efeito estufa em comparação com o carvão e o petróleo, o que o torna uma opção viável para a redução das emissões globais de CO₂.
 - O gás natural, por ser um combustível fóssil, sempre contribui para o aumento da concentração de metano na atmosfera, independentemente de quão bem controlado seja o processo de extração e transporte, devido a suas propriedades químicas inerentes.
 - A queima de gás natural em motores e turbinas de usinas gera emissões de monóxido de carbono (CO), que, em altas concentrações, pode contribuir para a poluição atmosférica e causar problemas respiratórios na população.
 - Durante a extração de gás natural, há riscos de contaminação de lençóis freáticos, especialmente em processos de fraturamento hidráulico (fracking), que podem liberar substâncias químicas utilizadas no processo para o solo e a água subterrânea.
- Assinale a alternativa correta:
- Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, III e IV estão corretas.
18. A utilização do gás natural como fonte de energia apresenta vantagens e desafios ambientais. Considere as seguintes assertivas sobre o impacto ambiental do gás natural:
- A adoção do gás natural em sistemas de aquecimento e geração de energia elétrica tem contribuído para a redução das emissões de dióxido de carbono (CO₂) e outros poluentes atmosféricos, o que ajuda a mitigar os impactos das mudanças climáticas.
 - Embora o gás natural seja menos poluente durante a combustão, as emissões de metano (CH₄) durante a produção e distribuição podem neutralizar parte dos benefícios ambientais associados à sua queima mais limpa.
 - A exploração de gás natural, especialmente em regiões sensíveis, pode resultar em impactos ambientais significativos, incluindo a destruição de habitats naturais e a poluição dos recursos hídricos.
 - A combustão do gás natural resulta na produção de grandes quantidades de óxidos de enxofre (SOx), contribuindo para a formação de chuva ácida e para a degradação de ecossistemas aquáticos e florestais.
- Assinale a alternativa correta:
- Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas III e IV estão corretas.
 - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
19. No contexto das políticas ambientais e energéticas de 2024, o Brasil vem buscando aumentar sua participação em energias renováveis, especialmente através da ampliação da energia solar e eólica. As estatais do setor de gás natural também têm discutido medidas para se alinhar às metas de sustentabilidade estabelecidas internacionalmente. Qual fonte de energia renovável teve o maior crescimento no Brasil em 2024?
- Energia solar.
 - Energia eólica.
 - Energia nuclear.
 - Energia hidroelétrica.
20. Em 2024, o mundo continua a lidar com os efeitos das mudanças climáticas. Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada em 2023, diversos acordos foram renovados para acelerar a transição energética. Um dos maiores desafios globais é a redução das emissões de carbono para evitar o aumento da temperatura média global. Qual dos seguintes acordos ambientais é conhecido por seu objetivo de limitar o aquecimento global a menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais?
- Convenção de Estocolmo.
 - Tratado de Montreal.
 - Protocolo de Kyoto.
 - Acordo de Paris.

21. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) tem sido amplamente debatida e aplicada no Brasil nos últimos anos. Em 2024, o avanço da implementação dessa lei, juntamente com as novas regulamentações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), tem gerado mudanças significativas na forma como as empresas tratam os dados pessoais.
- Qual é o principal objetivo da LGPD?
- Facilitar a troca de informações entre empresas.
 - Proteger os dados pessoais e garantir a privacidade dos cidadãos brasileiros.
 - Estabelecer normas para a exportação de dados comerciais.
 - Regular o acesso a dados governamentais confidenciais.
22. Qual das seguintes alternativas descreve uma característica fundamental de um sistema operacional?
- Proteger o sistema contra ameaças de segurança da informação.
 - Realizar apenas a formatação de gráficos e tabelas.
 - Gerenciar recursos de hardware e software, permitindo a execução de programas.
 - Realizar apenas o processamento de textos com funções avançadas de formatação.
23. No Microsoft Word, qual ferramenta permite a criação de sumários automáticos?
- Página Inicial.
 - Exibir.
 - Correspondências.
 - Referências.
24. Qual é a função de um firewall na segurança da informação?
- Controlar o tráfego de entrada e saída de uma rede, filtrando acessos indesejados.
 - Proteger as senhas de acesso armazenadas no navegador.
 - Garantir a formatação correta de tabelas no Excel.
 - Detectar e remover vírus de um sistema.
25. No PowerPoint, qual comando permite iniciar uma apresentação de slides a partir do primeiro slide?
- Design -> Do Início.
 - Inserir -> Do Início.
 - Revisão -> Iniciar Apresentação.
 - Apresentação de Slides -> Do Início.
26. Qual o principal objetivo da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)?
- Criar gráficos de dados pessoais utilizando o Power BI.
 - Garantir a proteção de dados pessoais, regulando o tratamento desses dados por pessoas físicas e jurídicas.
 - Proteger as informações confidenciais de empresas por meio de firewalls.
 - Garantir a proteção de senhas e dados em navegadores como Google Chrome.
27. Complete the sentence and choose the correct alternative.
- The next game is _____ 22 March.
- on
 - since
 - by
 - in
28. Complete the sentence and choose the correct alternative.
- You can't get there by car. You have to go _____ foot.
- at
 - in
 - on
 - by
29. Complete the sentences. Use NO or ANY.
- There is _____ sugar in your coffee.
Do you know where Mark is? No, I have _____ idea.
I'm afraid there's _____ coffee. Would you like some tea?
- Choose the correct alternative:
- any - no - no
 - no - any - any
 - any - no - any
 - no - no - no
30. Read the sentences below and choose the option which is grammatically correct:
- Have you ever been to China?
 - Have you ever been to Philippines?
 - Panama Canal joins Atlantic Ocean and Pacific Ocean.
 - Belgium is smaller than Netherlands.
31. Nos termos do art. 65, da Lei 13.303/16, marque a opção **INCORRETA**:
- “Os registros cadastrais poderão ser mantidos para efeito de habilitação dos inscritos em procedimentos licitatórios e serão válidos por 1 (um) ano, no máximo, podendo ser atualizados a qualquer tempo.”*
- Os registros cadastrais serão amplamente divulgados e ficarão permanentemente abertos para a inscrição de interessados.
 - A qualquer tempo poderá ser alterado, suspenso ou cancelado o registro do inscrito que deixar de satisfazer as exigências estabelecidas para habilitação ou para admissão cadastral.
 - A atuação do licitante no cumprimento de obrigações assumidas será anotada no respectivo registro cadastral.
 - Os inscritos serão admitidos segundo os requisitos previstos em lei.

32. Nos termos do art. 202, da Lei 6.404/76, marque a opção **INCORRETA**:

“Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto.”

- O estatuto poderá estabelecer o dividendo como porcentagem do lucro ou do capital social, ou fixar outros critérios para determiná-lo, desde que sejam regulados com precisão e minúcia e não sujeitem os acionistas minoritários ao arbítrio dos órgãos de administração ou da maioria.
- O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembleia-geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da companhia. O conselho fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação e, na companhia aberta, seus administradores encaminharão à Comissão de Valores Mobiliários, dentro de 5 (cinco) dias da realização da assembleia-geral, exposição justificativa da informação transmitida à assembleia.
- Os dividendos que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 4º serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como lucro especial assim que o permitir a situação financeira da companhia.
- Quando o estatuto for omissivo e a assembleia-geral deliberar alterá-lo para introduzir norma sobre a matéria, o dividendo obrigatório não poderá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I deste artigo.

33. Nos termos do art. 852-H, do Decreto-Lei Nº 5.452/43, marque a opção **INCORRETA**:

“Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.”

- Sempre que solicitado, ou for legalmente imposta, será deferida prova pericial, incumbindo ao juiz, desde logo, fixar o prazo, o objeto da perícia e nomear perito.
- Interrompida a audiência, o seu prosseguimento e a solução do processo dar-se-ão no prazo máximo de trinta dias, salvo motivo relevante justificado nos autos pelo juiz da causa.
- Sobre os documentos apresentados por uma das partes manifestar-se-á imediatamente a parte contrária, sem interrupção da audiência, salvo absoluta impossibilidade, a critério do juiz.
- Só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer. Não comparecendo a testemunha intimada, o juiz poderá determinar sua imediata condução coercitiva.

34. Nos termos do art. 896-A, do Decreto-Lei Nº 5.452/43, marque a opção **INCORRETA**:

“O Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, examinará previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.”

- Em relação ao recurso que o relator considerou não ter transcendência, o recorrente poderá realizar sustentação oral sobre a questão da transcendência, durante cinco minutos em sessão.
- É irrecurável a decisão monocrática do relator que, em agravo de instrumento em recurso de revista, considerar ausente a transcendência da matéria.
- Poderá o relator, monocraticamente, denegar seguimento ao recurso de revista que não demonstrar transcendência, cabendo agravo desta decisão para o colegiado.
- O juízo de admissibilidade do recurso de revista exercido pela Presidência dos Tribunais Regionais do Trabalho limita-se à análise dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos do apelo, abrangendo o critério da transcendência das questões veiculadas no processo.

35. Nos termos do art. 43, da Lei Nº 8.213/91, marque a opção **INCORRETA**:

“A aposentadoria por invalidez será devida a partir do dia imediato ao da cessação do auxílio-doença, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo.”

- Durante os primeiros quinze dias de afastamento da atividade por motivo de invalidez, caberá à empresa pagar ao segurado empregado o abono saúde.
- Concluindo a perícia médica inicial pela existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho, a aposentadoria por invalidez será devida: a) ao segurado empregado, a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade ou a partir da entrada do requerimento, se entre o afastamento e a entrada do requerimento decorrerem mais de trinta dias; b) ao segurado empregado doméstico, trabalhador avulso, contribuinte individual, especial e facultativo, a contar da data do início da incapacidade ou da data da entrada do requerimento, se entre essas datas decorrerem mais de trinta dias.
- A pessoa com HIV/aids é dispensada da avaliação referida no § 4º deste artigo.
- O segurado aposentado por invalidez poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das condições que ensejaram o afastamento ou a aposentadoria, concedida judicial ou administrativamente, observado o disposto no art. 101 desta Lei.

36. Nos termos do art. 457, do Decreto-Lei Nº 5.452/43, marque a opção **INCORRETA**:

“Compreendem-se na remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, como contraprestação do serviço, as gorjetas que receber.”

- a) Considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também o valor cobrado pela empresa, como serviço ou adicional, a qualquer título, e destinado à distribuição aos empregados.
- b) As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram o salário do empregado, se incorporam ao contrato de trabalho e constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.
- c) Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a empregado ou a grupo de empregados, em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.
- d) Integram o salário a importância fixa estipulada, as gratificações legais e as comissões pagas pelo empregador.

37. Nos termos do art. 142 e seguintes, da Lei Nº 5.172/66, marque a opção **INCORRETA**:

- a) Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.
- b) Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.
- c) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- d) A modificação introduzida em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito ativo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

38. Nos termos do art. 194 e seguintes, da Lei Nº 5.172/66, marque a opção **INCORRETA**:

- a) O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.
- b) A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma da legislação aplicável, que fixará prazo máximo para a conclusão daquelas.
- c) Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.
- d) As autoridades administrativas federais poderão requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal, e reciprocamente, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como passível de tributação.

39. Nos termos do art. 35, da Lei Nº 12.651/12, marque a opção **INCORRETA**:

- a) O corte ou a exploração de espécies nativas plantadas em área de uso alternativo do solo serão permitidos independentemente de autorização prévia, devendo o plantio ou reflorestamento estar previamente cadastrado no órgão ambiental competente e a exploração ser previamente declarada nele para fins de controle de origem.
- b) É livre a extração de lenha e demais produtos de florestas plantadas nas áreas consideradas Áreas de Preservação Permanente.
- c) Os dados do sistema referido no caput serão disponibilizados para acesso público por meio da rede mundial de computadores, cabendo ao órgão federal coordenador do sistema fornecer os programas de informática a serem utilizados e definir o prazo para integração dos dados e as informações que deverão ser aportadas ao sistema nacional.
- d) O plantio ou reflorestamento com espécies florestais nativas ou exóticas independem de autorização prévia, desde que observadas as limitações e condições previstas nesta Lei, devendo ser informados ao órgão competente, no prazo de até 1 (um) ano, para fins de controle de origem.

40. Nos termos do art. 38 e seguintes, da Lei nº 9.605/1998, marque a opção **INCORRETA**:
- A ocorrência de dano afetando espécies ameaçadas de extinção no interior das Unidades de Conservação de Uso Sustentável será considerada circunstância agravante para a fixação da pena.
 - Entende-se por Unidades de Conservação de Uso Sustentável as Áreas de Proteção Ambiental, as Áreas de Relevante Interesse Ecológico, as Florestas Nacionais, as Reservas Extrativistas, as Reservas de Fauna, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural.
 - Entende-se por Unidades de Conservação Florestal as Estações Ecológicas, as Reservas Biológicas, os Parques Estaduais, os Monumentos Naturais e os Refúgios Silvestres.
 - A ocorrência de dano afetando espécies ameaçadas de extinção no interior das Unidades de Conservação de Proteção Integral será considerada circunstância agravante para a fixação da pena.
41. Nos termos do art. 343, da Lei Nº 13.105/15, marque a opção **INCORRETA**:
- “Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.”*
- A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta ao prosseguimento do processo.
 - A reconvenção pode ser proposta pelo réu em litisconsórcio com terceiro.
 - Se o autor for substituto processual, o reconvinte deverá afirmar ser titular de direito em face do substituído, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual.
 - A reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro.
42. Nos termos do art. 98 e seguintes, da Lei Nº 13.105/15, marque a opção **INCORRETA**:
- Contra a decisão que indeferir a gratuidade ou a que acolher pedido de sua revogação caberá agravo de instrumento, exceto quando a questão for resolvida na sentença, contra a qual caberá apelação.
 - Requerida a concessão de gratuidade da justiça, o recorrente estará dispensado de comprovar o recolhimento das custas, incumbindo ao relator, neste caso, apreciar o requerimento e, se indeferi-lo, fixar prazo para realização do recolhimento.
 - O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.
 - A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.
43. Nos termos do art. 146 e seguintes, da Lei Nº 10.406/02, marque a opção **INCORRETA**:
- Nos negócios jurídicos, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, constitui omissão culposa, provando-se que sem ela o negócio não se teria celebrado.
 - Pode também ser anulado o negócio jurídico por dolo de terceiro, se a parte a quem aproveite dele tivesse ou devesse ter conhecimento; em caso contrário, ainda que subsista o negócio jurídico, o terceiro responderá por todas as perdas e danos da parte a quem ludibriou.
 - O dolo acidental só obriga à satisfação das perdas e danos, e é acidental quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.
 - O dolo do representante legal de uma das partes só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve; se, porém, o dolo for do representante convencional, o representado responderá solidariamente com ele por perdas e danos.
44. Nos termos do art. 478 e seguintes, da Lei Nº 10.406/02, marque a opção **INCORRETA**:
- Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação.
 - A cláusula resolutiva onerosa opera de pleno direito; a tácita depende de interpelação judicial.
 - A resolução poderá ser evitada, oferecendo-se o réu a modificar eqüitativamente as condições do contrato.
 - Se no contrato as obrigações couberem a apenas uma das partes, poderá ela pleitear que a sua prestação seja reduzida, ou alterado o modo de executá-la, a fim de evitar a onerosidade excessiva.

45. Nos termos do art. 23, da Lei Nº 8.429/92, marque a opção **INCORRETA**:
- Nos atos de improbidade conexos que sejam objeto do mesmo processo, a suspensão e a interrupção relativas a qualquer deles estendem-se aos demais.
 - O inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, prorrogável uma única vez por igual período, mediante ato fundamentado submetido à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica.
 - A instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração dos atos lícitos referidos nesta Lei suspende o curso do prazo prescricional por, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias corridos, recomeçando a correr após a sua conclusão ou, caso não concluído o processo, esgotado o prazo administrativo legal.
 - Encerrado o prazo previsto no § 2º deste artigo, a ação deverá ser proposta no prazo de 30 (trinta) dias, se não for caso de arquivamento do inquérito civil.
46. Nos termos do art. 13, da Lei Estadual Nº 9.493/94, marque a opção **INCORRETA**:
- Considera-se encampação ou resgate, a retomada do serviço pelo poder concedente, por justificado interesse público, durante o prazo da concessão, através de projeto de lei a ser submetido à Assembleia legislativa, assegurando-se a Concessionária a devida indenização.
 - A inexecução total ou em parte substancial do contrato acarretará, a declaração de renovação da concessão ou a aplicação de sanções estabelecidas no contrato, após esgotados os processos administrativos disciplinares.
 - O contrato de concessão poderá ser rescindido por iniciativa da Concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Concedente, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Os serviços prestados pela Concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados até a decisão judicial transitada e julgada.
 - Extinta a concessão, retornam todos os bens reversíveis, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários à determinação dos montantes a serem indenizados e devida à Concessionária, conforme estipulado no contrato.
47. Nos termos do art. 5º, da Lei Nº 4.717/65 marque a opção **INCORRETA**:
- “Conforme a origem do ato impugnado, é competente para conhecer da ação, processá-la e julgá-la o juiz que, de acordo com a organização judiciária de cada Estado, o for para as causas que interessem à União, ao Distrito Federal, ao Estado ou ao Município.”*
- Quando o pleito interessar simultaneamente à União e a qualquer outra pessoa ou entidade, será competente o juiz das causas da União, se houver; quando interessar simultaneamente ao Estado e ao Município, será competente o juiz das causas do Estado, se houver.
 - A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo penal para todas as ações, que foram intentadas contra as mesmas partes e sob diversos fundamentos.
 - Para fins de competência, equiparam-se atos da União, do Distrito Federal, do Estado ou dos Municípios os atos das pessoas criadas ou mantidas por essas pessoas jurídicas de direito público, bem como os atos das sociedades de que elas sejam acionistas e os das pessoas ou entidades por elas subvencionadas ou em relação às quais tenham interesse patrimonial.
 - Na defesa do patrimônio público caberá a suspensão liminar do ato lesivo impugnado.
48. Nos termos do art. 12, da Lei Nº 13.300/16, marque a opção **INCORRETA**:
- “O mandado de injunção coletivo pode ser promovido:”*
- Por partido político com representação no Congresso Nacional, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas de seus integrantes ou relacionados com a finalidade partidária.
 - Por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas em favor da totalidade ou de parte de seus membros ou associados, na forma de seus estatutos e desde que pertinentes a suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.
 - Pela Defensoria Pública, quando a tutela requerida for especialmente relevante para a promoção dos direitos nacionais e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos consumidores, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.
 - Pelo Ministério Público, quando a tutela requerida for especialmente relevante para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático ou dos interesses sociais ou individuais indisponíveis.

49. Nos termos do art. 11, da Lei Nº 9.985/00, marque a opção **INCORRETA**:

“O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.”

- a) A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.
- b) A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano Plurianual da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em decreto.
- c) O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.
- d) As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal.

50. Nos termos do art. 18, da Lei Nº 8.078/90, marque a opção **INCORRETA**:

- a) No caso de fornecimento de produtos in natura, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, exceto quando identificado claramente seu produtor.
- b) O consumidor poderá fazer uso imediato das alternativas do § 1º deste artigo sempre que, em razão da extensão do vício, a substituição das partes viciadas puder comprometer a qualidade ou características do produto, diminuir-lhe o valor ou se tratar de produto essencial.
- c) Poderão as partes convencionar a redução ou ampliação do prazo previsto no parágrafo anterior, não podendo ser inferior a sete nem superior a cento e oitenta dias. Nos contratos onerosos, a cláusula de prazo deverá ser convencionada em separado, por meio de manifestação tácita do consumidor.
- d) Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha: I - a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; III - o abatimento proporcional do preço.